

POVOS ORIGINÁRIOS E A VISÃO FOLCLÓRICA DA SOCIEDADE BRASILEIRA: A EDUCAÇÃO COMO CAMINHO PARA (RE)CONHECER OS INDÍGENAS NA CONTEMPORANEIDADE

¹Rutyelle Nunes Nolasco,
Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL)
rutyellenunes@gmail.com

RESUMO

O presente artigo discute a visão folclórica sobre os povos indígenas na sociedade brasileira, e o papel da educação para vencer esses estereótipos. Para isso, é necessário conhecermos a nossa própria história e entender a importância que os povos indígenas tiveram na construção do nosso país. Portanto, este trabalho foi construído a partir de uma revisão bibliográfica acerca do tema, foram utilizados autores como: KRENAK (2019) GERLIC (2011) (FREIRE 2020) entre outros que abordam o tema, e possui como principal objetivo o reconhecimento das lutas e cultura dos povos indígenas, dando foco as comunidades do estado de Alagoas, assim como, alencar estes dados à importância de serem expostos nas escolas, para que todos tenham conhecimento e assim possamos vencer o pré-conceito que ainda existe contra esses povos e sua cultura.

Palavras-chave: Povos indígenas, História e cultura; Educação.

INTRODUÇÃO

Aos nossos ancestrais (povos indígenas e africanos) não foram criadas tantas formas de introduzi-los na nossa memória e cultura, principalmente quando tratamos da educação da sociedade brasileira. Portanto, a lei 11645/2008 trás à escola e a nós professores, o dever de abordamos de forma mais eficaz, a história e cultura dos povos que foram a base da construção étnica cultural do nosso país. Assim, a educação se mostra como uma das principais ferramentas existentes para acabarmos com a visão, muitas vezes deturpada do que é ser um indígena, da contribuição que tiveram e da importância que ainda possuem diante no nosso país.

Os povos originários sofreram por mais de quinhentos anos, e ainda sofrem, lutando contra vários tipos de violências, durante o processo histórico de formação territorial do Brasil. E atualmente, muitas vezes são vistos de forma “folclórica”, como se fosse necessário, para provar a identidade e etnia indígena, se comportarem e se vestirem como aqueles povos que foram apontados como “selvagens” pelos povos europeus, ao chegarem nas terras brasileiras. E para vencermos essas formas de violências e pré-conceito, se faz necessário que tenhamos mais conhecimento e consigamos expor

de forma assertiva, quem são os indígenas na contemporaneidade e a importância da visibilidade e representatividade que essas pessoas possuem para suas comunidades.

METODOLOGIA

Para a construção deste trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica que para Cervo (1983, p.55) “busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado, tema ou problema”. Desta forma, foram utilizados autores como: KRENAK (2019) GERLIC (2011) (FREIRE 2020) entre outros que abordam o tema pesquisado. Portanto, o trabalho está estruturado em três partes: na primeira, discorreremos acerca da importância do reconhecimento acerca dos nossos povos e sua cultura; na segunda parte, discutimos o papel da educação brasileira na desconstrução desta visão “folclórica” que existe acerca dos povos indígenas; e por fim, na terceira parte, trazemos especificamente um pouco da história e cultura dos povos indígenas do estado de Alagoas.

1- NECESSITAMOS (RE)CONHECER NOSSOS POVOS E SUA CULTURA

“Registrar, reformar, restaurar não é suficiente para preservar uma cultura, mas praticá-la é garantir a sua sobrevivência. A reforma para manter um patrimônio cultural vivo é continuar a praticar um costume, a confeccionar um produto com aquele estilo próprio do povo, fazer circular um conhecimento. Porque o patrimônio é um ser humano ativo em sua cultura, atuante no dia a dia”. (GERLIC, pág. 6, 2011)

Há mais de quinhentos anos, lutando e resistindo, o indígena da contemporaneidade é um ser humano que mesmo a sociedade brasileira “estranhando”, estuda, vai à faculdade, utiliza smartphone, escreve, possui representação na política e etc, mas que também luta para manter sua cultura e crenças ativamente, para que não se perca “na história”. FREIRE (2002) em uma das cinco ideias equivocadas sobre os índios, nos mostra como a sociedade acredita que essas pessoas estão congeladas no tempo. Para o autor,

“Enfiaram na cabeça da maioria dos brasileiros uma imagem de como deve ser o índio: nu ou de tanga, no meio da floresta, de arco e flecha, tal como foi descrito por Pero Vaz de Caminha. E essa imagem foi congelada. Qualquer mudança nela provoca estranhamento. Quando o índio não se enquadra nessa imagem, vem logo a reação: “Ah! Não é mais índio”. Na cabeça dessas pessoas, o “índio autêntico” é o índio de papel da carta do Caminha, não aquele índio de carne e osso que convive conosco, que está hoje no meio de nós. FREIRE, pág. 12, 2002)

Nesse sentido, é notório que a sociedade ainda vive sob uma imaginação extremamente folclórica acerca dos indígenas, atribuindo a qualquer custo as

características dos que foram encontrados aqui em 1.500, descritos na carta de Pero Vaz. Muitos acreditam que a identidade desse povo está atrelada à aspectos que muitas vezes foram modificados ao longo dos séculos. Essa visão “folclórica” ainda atribuída ao indígena do século XXI também faz parte de uma política de má fé, com interesses em torná-los sem identidade, assim, retirando os direitos que possuem de acordo com a Constituição Federal (CF) de 1988. Ainda conforme estabelecido na CF, no capítulo VIII, artigo nº 231 “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1988). O parágrafo primeiro do artigo nº 231 da Constituição Federal/1988 define:

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (BRASIL, 1988).

Atualmente, percebemos o quanto nosso país retrocedeu, e o quanto esses povos sofrem com a falta de implementação do que dispõe na Constituição Federal.

E quando a sociedade se depara com indígenas que já não se enquadram nesse imaginário perpetuado por mais de cinco séculos, logo começam os questionamentos “mas é índio de verdade?”, “índio usando iphone?”, pois a imagem/descrição desse povo durante a chegada dos portugueses em solo brasileiro ficou congelada e qualquer diferença, provoca estranheza. Sobre isso, FREIRE (2002) indaga

“você, por exemplo, está vestido com jeans, aliás muita gente aqui está com um tipo de roupa que não foi inventada por nenhum brasileiro. Estes móveis aqui também não são objetos “autênticos” da nossa cultura. A mesa e a cadeira têm uma história que vem lá da Mesopotâmia, onde foram projetadas no século VII a.C., passaram pelo Mediterrâneo sofrendo várias modificações antes de chegarem a Portugal e depois ao Brasil” (FREIRE, pág. 12, 2002)

E junto dessa “estranheza” logo vem a ideia de “mas se já não são como antigamente, qual a necessidade de demarcação de terras?”, por isso a necessidade e urgência em se trabalhar de forma mais aprofundada, esses temas nas escolas brasileiras.

Assim sendo, mais do que em outro momento, talvez, o indígena do século XXI luta para que tenha sua história e suas raízes respeitadas, e para que a sociedade entenda que a “mistura” entre culturas acontece em todos os lugares, principalmente aqui no Brasil, com tantas pessoas diferentes, tantas culturas diferentes. Santos (2006, pág. 18) afirma que “existem realidades culturais internas à nossa sociedade que podem ser tratadas, e muitas vezes o são, como se fossem culturas estranhas. Isso se aplica não só às

sociedades indígenas do território brasileiro, mas também a grupos de pessoas”. É importante ressaltar aqui, que além da principal luta (por terras) os indígenas lutam para que sejam respeitados, e que sua história, seu conhecimento, sua cultura também sejam valorizados e não lembramos da existência e da importância desses povos apenas no dia 19 de abril, pois, ainda que esse dia seja comemorado, muitas vezes é comemorado de forma errônea.

A sociedade insiste, muitas vezes, em atribuir aos povos indígenas a necessidade de afirmar suas múltiplas identidades, mesmo que em função do outro, para que sejam reconhecidos como tal, e a problemática vai além desta situação, mas, o que é ser indígena/índio para a sociedade brasileira? O que nós, enquanto brasileiros, sabemos sobre os povos indígenas? E o que nós deveríamos saber? É necessário que esse povo seja respeitado e que a sua cultura (verdadeira) plural seja também reconhecida como berço da formação do nosso país, e que a sua história se confunda com a nossa história, pois fazemos parte de um todo, como aponta Krenak (2019). Ainda conforme o autor, há uma visão alheia sobre o que fazer com a população indígena, referente aos seus direitos sobre as terras, assim:

“Desde os tempos coloniais, a questão do que fazer com a parte da população que sobreviveu aos trágicos primeiros encontros entre os dominadores europeus e os povos que viviam onde hoje chamamos, de maneira muito reduzida, de terras indígenas, levou a uma relação muito equivocada entre o Estado e essas comunidades”. (KRENAK, pág. 20, 2019)

Muitas vezes é esquecido o papel dos povos indígenas nas alianças feitas com os europeus no projeto de conquista e colonização portuguesa, servindo de mão de obra quase que indispensável, principalmente no que tange a proteção dos núcleos de povoamento, e logo após, nos engenhos de cana de açúcar e outros gêneros que foram cultivados nas terras brasileiras.

Os indígenas foram de fundamental importância para o sucesso da colonização e para o domínio português. Ao receber os europeus, desejar criar laços com o novo povo, e ter acesso aos utensílios que dispunham, algumas nações tupis incorporaram os europeus como aliados na tradição hoje conhecida como “cunhadismo” (FREIRE, p. 12, 2020)

Ainda com os diversos extermínios que aconteceram ao longo dos séculos, muitas etnias resistiram e seguem resistindo, mesmo que em muitas vezes, em diferentes contextos, queiram ser silenciados, esses povos continuam avançando e ganhando espaços para ter voz ativa, não deixando de participar na vida econômica, social e política do nosso país.

“Como os povos originários do Brasil lidaram com a colonização, que queria acabar com o seu mundo? Quais estratégias esses povos utilizaram para cruzar esse pesadelo e chegar ao século XXI ainda esperneando, reivindicando e desafinando o coro dos contentes? Vi as diferentes manobras que os nossos antepassados fizeram e me alimentei delas, da criatividade e da poesia que inspirou a resistência desses povos. A civilização chamava aquela gente de bárbaros e imprimiu uma guerra sem fim contra eles, com o objetivo de transformá-los em civilizados que poderiam integrar o clube da humanidade.” (KRENAK, pág. 14, 2019)

É necessário enfatizarmos, ainda, que muita da invisibilidade que os povos originários sofrem até os dias atuais, está diretamente ligado em diversos fatores, tais como, a herança xenófoba e racista, advinda das nossas raízes europeias ainda que muitos homens e mulheres indígenas tenham servidos de escravos e trabalhadores ao longo da nossa história e da construção do nosso território, ainda hoje são vistos como pessoas preguiçosas, além de quê, por muito tempo desconsideremos sua cultura, crenças, costumes e formas de organização social e espacial.

2- QUAL O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA DESCONSTRUÇÃO DA VISÃO FOLCLÓRICA ACERCA DOS POVOS INDÍGENAS?

Sancionada ao dia 10 de março de 2008, pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei 11.645/2008 trouxe a obrigatoriedade dos estudos da história e cultura afro-brasileira e indígena, no ensino fundamental e médio das escolas públicas e privadas do país.

“§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (Lei Federal Nº 11.645, 2008)

Se tratando da cultura indígena, é notório que ela sempre esteve presente na história do Brasil, desde os primórdios, influenciando também nas tradições culturais do país. Por isso, considerando a importância da escola em estar atenta ao discernimento do

conhecimento das tradições e da história do nosso país, se fez necessário a implementação da lei 11.645, para assim, inserir no currículo escolar, de forma mais aprofundada os elementos da cultura indígena. Ainda assim, com o sancionamento desta lei, não é difícil de presenciar diversos alunos formados no ensino médio, chegando às universidades brasileiras com o mínimo de conhecimento nestes determinados conteúdos, muitas vezes, com uma visão ainda extremamente deturbada sobre os povos afro-brasileiros e indígenas.

Nos referindo um pouco mais acerca dos povos indígenas, não é difícil de se ver nas escolas, principalmente na educação infantil, durante o período do dia 19 de abril, o tema “índio” estar em alta, crianças saindo com a “cara” pintada, cocá na cabeça, saia de penas, e fazendo “uh uh uh uh”, mas, além dessa figura que conhecemos e que é clichê, o que fica para os nossos alunos sobre este dia? O que eles aprendem sobre os povos indígenas? Será que aprendem? Nesses momentos, são expostos aos alunos um indígena que já não condiz com a realidade. Durante as aulas, muitas vezes, são trazidas imagens de indígenas que vivem apenas da agricultura, ou até mesmo, que não esclareça que no início existia essa forma de trabalho, mas que na atualidade e com as percas de terras, este povo está inserido no sistema de trabalho formal, nas escolas, nos hospitais, e que aquele índio que vivia do próprio cultivo, está cada vez mais raro.

Deixando de lado esta figura lúdica que o indígena é apresentado às crianças na educação infantil, chegamos ao ensino médio e esta temática fica, muitas vezes, extinta das aulas, e até mesmo do currículo, por falta de incentivo e inclusive, por falta de conhecimento por parte das pessoas que o constrói. Nesse sentido, ao introduzir estes conteúdos programáticos dentro dos currículos escolares do nosso país, se dá a oportunidade da sociedade brasileira (re)conhecer as matrizes culturais que fizeram parte da história do seu país, pois, muita da abordagem até então, dentro das instituições de ensino, estavam voltadas à uma visão extremamente europeia não permitindo aos nossos alunos, uma proximidade com aqueles que fizeram e fazem parte da nossa história.

3- POVOS INDÍGENAS EM ALAGOAS: HISTÓRIA E CULTURA

FREIRE (2020) apud DUARTE (1969) lista, a partir de diferentes fontes históricas e de diferentes momentos, alguns grupos indígenas que já viveram ou ainda vivem em Alagoas, são eles: Abacariaras, Aconãs, Caetés, Cariris (Kariris), Canapotióis,

Ceococes, Moriquitos, Natu, Prakiô, Pipianos (Pipições), Prato (Pratto), Potiguaras, Romaris, Shocó (Xocó), Shucurus, Umãs (Umans), Vouvés, Wakona (“Shucuru, Cariri”), Tingui-Botó (Tingui-Botó-Wakoanã) e Wassu.

Como já mencionado anteriormente, um dos grandes problemas enfrentados pelos indígenas brasileiros, é o problema com a regularização fundiária. Ainda nas palavras de FREIRE (2002)

“O governador Gilberto Mestrinho, por exemplo, para impedir a demarcação das terras indígenas, veio com esse papo mole, que reforça preconceitos. Ele disse: “esses aí não são mais índios, já estão de calça e camisa, já estão usando óculos e relógios, já estão falando português, não são mais índios”. Ele criou uma nova categoria, desconhecida pela etnologia: os ex-índios” (FREIRE, pág. 12, 2002).

E estes problemas não seriam diferentes, com os povos de Alagoas, estima-se que até meados do século XIX existiam oito aldeias na província de Alagoas, mas, com o avanço de políticas que deslegitimavam esses povos, grande parte desses indígenas foram expulsos de suas terras, sendo invadidas por proprietários de outras terras e senhores de engenhos, culminando assim para o fim dos aldeamentos da região.

Ao terem suas terras invadidas pelos colonos, invariavelmente sob intensa violência, os povos indígenas, que viviam da agricultura, passam a viver com medo e na miséria. Alguns, mais resistentes, se mantiveram nas proximidades de suas terras ancestrais buscando preservar a união do povo e as tradições de seus antepassados enquanto buscavam formas de reaver seu antigo território. (FREIRE, p.23, 2020).

Ainda conforme CIQUEIRA (2020) apoiado em um Atlas produzido por pesquisadores da Universidade Estadual de Alagoas, traz algumas informações acerca dos povos indígenas de Alagoas. Sobre a história desses povos, entre outras informações, encontramos que:

“- os Xucuru-Kariri são resultado da fusão dos povos Kariri e Xururu, ambos expulsos da região do São Francisco para as serras de Palmeira dos Índios. Quando os Xucurus chegaram a região, no século XVII, encontraram os Kariris e com eles se estabeleceram;

- os Kariri-xocó também surgiram da fusão dos grupos indígenas Kariri de Porto Real do Colégio com os Xocó, expulsos de suas terras no município de Porto da Folha (Sergipe) no século XIX. Os Kariri habitaram as margens do rio São Francisco desde o início da colonização;

- com registros históricos desde o século XVII o grupo indígena Karapotó teve sua existência informada pelo professor Clóvis Antunes, em 1983. vivendo no povoado Terra Nova, no município de São Sebastião.

- o grupo indígena Aconã é uma dissidência do povo Tingui-boto e vive no município de Traipú. - os Tingui-Boto viviam com os Kariri-xoco quando o professor Clovis Antunes informou à Funai sobre sua existência em 1980.

- os povos indígenas Jiripancó, Karuazu e Katokinn no município de Pariconha; Kalankó, em Água Branca e Koiupanká em Inhapi, municípios do sertão alagoano, são descendentes do grupo indígena Pankararu, do sertão de Pernambuco” (FREIRE, p. 24-25, 2020).

Devido a toda violência e extermínio sofrido por esses povos ao longo do nosso território, muitas etnias desapareceram, chegando a acreditar-se que haviam sido extintas, e assim, até meados dos anos 1990 apenas seis povos indígenas eram reconhecidos no estado de Alagoas, mas a partir da resistência e luta pelo reconhecimento étnico, ressurgiram mais etnias, e atualmente o estado conta com onze etnias indígenas, como nos aponta FREIRE (2020) que são elas: Aconã, Jiripancó, Kalankó, Karapotó, Kariri-Xocó, Karuazu, Katokin, 25 Etnias Indígenas Alagoanas Koiupanká, Tingui-Botó, Xukuru-Kariri e Wassu.

Mesmo com tudo que enfrentaram e ainda enfrentam atualmente, os povos indígenas de Alagoas seguem lutando e mostrando resistência frente todos os problemas que ainda os assolam. E apesar de tudo isso, que ocasionou o êxodo e o afastamento desses povos, muitas vezes de suas terras ancestrais, as comunidades indígenas continuam levando a frente as suas tradições e sua cultura, à fim de torná-las mais conhecidas e respeitadas por toda a sociedade alagoana e brasileira.

Nesse sentido, embora possuam pontos em comum na cultura das diversas comunidades indígenas que existem no estado de Alagoas, a cultura desses povos apresenta muita diversidade. A própria história que é passada de geração à geração, se perpetua através da narrativa oral, com as histórias de seus ancestrais contadas pelos mais velho. E mesmo não havendo uma produção escrita, das histórias e vivências ao longo da existência desses povos, muito da sua cultura e tradições foi perpetuada de forma oral.

“foram os indígenas que domesticaram plantas silvestres (muitas delas venenosas), criaram diversas variedades de milho, a macaxeira, o amendoim, entre outras culturas – e todo esse conhecimento foi repassado, geração após geração, por via oral” (FREIRE, p. 43, 2020)

A oportunidade para registrar, escrever e levar o conhecimento adiante de sua cultura, veio a partir da introdução desses povos nas escolas e a formação dos indígenas nas universidades.

Outro ponto extremamente relevante e que deve ser evidenciado, é a questão religiosa desses povos, que mesmo tendo sua cultura deslegitimada muitas vezes, e pela herança cristã dos colonizadores, ainda cultuam seus rituais como forma de se

reaproximarem de seus ancestrais, e em Alagoas os povos indígenas das diferentes comunidades possuem o ritual do *Ouricuri* e possuem sua fé nos *Encantados*.

“O ritual do Ouricuri é secreto e periódico, realizando-se de forma mais longa e completa uma vez por ano ou de acordo com o calendário religioso de cada comunidade. O Ouricuri é um dos elementos centrais da identidade étnica: é a tradição. Durante o retiro do Ouricuri os jovens são iniciados e fortalecem os vínculos com o sagrado, fortalecendo também sua etnia, seu povo” (FREIRE, p. 45, 2020).

Outro momento vivenciado por esses povos e que é de muita relevância, é o *Toré* “dança coletiva, com movimentos circulares, acompanhada por canto, os “Toantes”, e ritmada pelo maracá e pela batida dos pés. Nele todos os homens, mulheres e crianças podem participar – até convidados não indígenas” (FREIRE, p. 45, 2020).

Nesse sentido, vale destacar a importante atuação da comunidade indígena Kariri-Xocó, que possui uma série de vídeos produzidos por eles, em um canal do youtube, onde conseguem falar sobre a história do seu povo e sua cultura, apresentando o toré, e outras atividades realizadas dentro da comunidade. Além disso, falam a respeito das idas às escolas do estado de Alagoas, levando a história e cultura de um povo que não possui visibilidade e tampouco, reconhecimento por tudo que seus ancestrais fizeram pelo nosso território, estadual e nacional.

CONCLUSÃO

Ao tratarmos do assunto “povos indígenas” precisamos ter noção do quão delicado esse tema é, principalmente nos dias atuais, sabendo a urgência que existe na efetivação das leis que os protegem, tais como a demarcação dos territórios indígenas e uma melhor fiscalização do governo brasileiro em relação a proteção e políticas públicas que assistam de forma efetiva essa população que sofre tanto no nosso país. E para isso, enfatizamos durante a construção do trabalho, a necessidade e a importância de abordarmos de forma assertiva a história e cultura dos povos indígenas na formação da nossa sociedade, nas escolas.

Atualmente, com a lei 11645/2008 o governo trás uma “obrigatoriedade” das escolas, de introduzir em seus currículos, práticas que abordem os povos indígenas e africanos, mas para além disso é necessário que também exista uma formação continuada que possa dar suporte aos professores, e assim, consigam efetivar o que dispõem nesta lei, assim como, contribuir para a formação de cidadãos conhecedores da nossa história, para que consigamos assim, vencer os pré-conceitos que existem dentro da sociedade

brasileira. A educação, como apontado anteriormente, se mostra como uma das principais ferramentas existentes para que as lutas dos povos indígenas, sua história e principalmente sua cultura, sejam reconhecidas por todos.

Portanto, a sociedade brasileira entenderá quem são e a importância dos indígenas na contemporaneidade, no decorrer de uma aplicação efetiva da lei disposta acima.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008.
- CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**: para uso dos estudantes universitários. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.
- FREIRE, J.R. Bessa. **Palestra proferida no dia 22 de abril de 2002 no curso de extensão de gestores de cultura dos municípios do Rio de Janeiro, organizado pelo Departamento Cultural**. Parte dela havia sido tema de uma conferência em 22 de março de 2000, gravada e transcrita pelo Centro de Estudos do Comportamento Humano (CENESCH), de Manaus (Am). Decidimos manter, no texto escrito, as marcas da oralidade, para preservar a estrutura do texto original. As duas instituições – UERJ e CENESCH – publicaram o artigo em suas respectivas revistas. FREIRE, J.R. Bessa. Cinco idéias equivocadas sobre o índio. In Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano (CENESCH). Nº 01 – Setembro 2000. P.17-33. Manaus-Amazonas. FREIRE, J.R. Bessa. A herança cultural indígena: quem são os herdeiros?. In CONDURU, R. e SIQUEIRA, V. B – Políticas públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Rio. Sirius/FAPERJ. 2003. Esta última versão, preparada em 2009, com algumas mudanças e acréscimos, é o resultado das oficinas realizadas com professores da rede pública de ensino para a implementação da Lei 11.645 de março de 2008, uma delas em Japeri, em parceria com o professor Aloísio Monteiro da UFRRJ. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/cinco_ideias_equivocadas_jose_ribeiro.pdf Acesso em: 31/08/2021
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1 ed. São Paulo, 2019.
- FREIRE, Adriana Cirqueira. **Etnias indígenas alagoanas [Ebook]**. / Adriana Cirqueira Freire; Beatriz Medeiros de Melo. -- Maceió/ AL: Editora, 2020.
- SANTOS, José Luiz dos, 1949 - **O que é cultura** / José Luiz dos Santos. São Paulo: Brasiliense, 2006. - - (Coleção primeiros passos ; 110) 12ª reimpr. da 16ª. ed. de 1996.